



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 2 de março de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,6% São Paulo	125.979	R\$ 5,916 (+ 1,5%)	R\$ 1.518	R\$ 6,134	13,15%	13,54%	Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16
1,39% Nova York	25/2 26/2 27/2 28/2	24/fevereiro 5,756 25/fevereiro 5,754 26/fevereiro 5,803 27/fevereiro 5,828					

CONJUNTURA

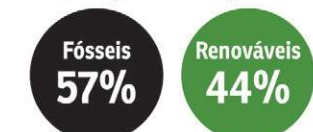
Energia renovável: cortes podem pesar no bolso

Geradoras de energia solar e eólica se queixam do aumento das interrupções na produção para evitar sobrecarga na rede elétrica, e caso vai à Justiça. Ressarcimento pedido pelas empresas pode encarecer conta de luz

» RAFAELA GONÇALVES

Matriz energética

Composição do conjunto de fontes de energia utilizadas no Brasil



- No mundo, 86% da energia vem de fontes não renováveis e apenas 14%, de fontes renováveis.
- A média brasileira de energia primária gerada por fontes renováveis é superior à média global, com 57% de fontes não renováveis e 44% de fontes renováveis.

Os dados do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2023, que é a fonte mais recente, indicam a seguinte composição:

- Petróleo e derivados: 36,5%.
- Derivados da cana (etanol e bioenergia): 17,5%.
- Hidráulica: 12,6%.
- Gás natural: 12,3%.
- Lenha e carvão vegetal: 8,7%.
- Outras renováveis (solar, eólica, biodiesel): 2,9%.

- O Brasil é líder em capacidade instalada de fontes renováveis, mas não aproveita todo o seu potencial.
- As fontes eólicas e solares são intermitentes, ou seja, a energia gerada precisa ser consumida no mesmo momento em que é ofertada.
- Para suprir os picos de demanda, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) aciona usinas termelétricas, que são mais caras e poluentes.

Na avaliação do engenheiro elétrico, a infraestrutura do sistema elétrico brasileiro é precária e esses casos de interrupções são um grande risco para os investimentos em fontes renováveis no país, que patina na tentativa de ser protagonista mundial na transição energética. “O risco é muito grande, porque o investimento no setor de infraestrutura está sempre relacionado a um baixo risco da receita futura. Se eu começar a fazer restrição, diminuir a receita dos geradores eólicos e dos geradores solares, vamos ter então uma redução de investimento, o que já está acontecendo”, aponta.

Os cortes nas fontes renováveis, impostos pelo ONS, impactaram mais o Nordeste, com 330 mil horas frustradas, que representam 75% do total no Brasil. O estado mais afetado foi o Ceará, um dos principais geradores de energia eólica do país. O levantamento aponta que 35% dos cortes tiveram motivação relacionada entre a diferença da oferta e a demanda de carga instantânea.

Por mais contraditório que pareça, um dos maiores problemas atualmente no setor de energia é o excesso de geração. Existe um paradoxo em que uma maior oferta do que demanda por energia pode acabar gerando mais encargos, conforme explica o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília (UnB), Ivan Camargo.

Quando a oferta de energia é maior que a demanda, há desperdício e custos aumentam. Nessas situações, é preciso parar de produzir para não haver excesso de oferta e acabar sobrecarregando os sistemas de transmissão. “O ONS tem que garantir que a geração fique igual à carga em qualquer situação. E como aumentou muito a geração eólica e solar no Nordeste, em algumas situações, ela está maior do que a carga, o Operador não tem geração reserva para uma eventual falha do sistema, então é feita essa restrição”, diz o especialista.

Para as associações, o órgão regulador ultrapassou as suas competências ao limitar as compensações, o que comprometeria a

Como o excesso de geração de energia pode encarecer a conta de luz?

- A geração excessiva de energia pode sobrecarregar os sistemas de transmissão.
- A energia gerada em excesso, mas não utilizada, é “jogada fora”, mas os geradores são remunerados.
- O custo de jogar fora a energia gerada em excesso acaba sendo repassado para o consumidor.

Outros fatores que afetam o preço da energia

- Alta carga tributária, que corresponde a praticamente 30% do valor total da conta de luz.
- Custos de geração, transmissão e distribuição.
- Dependência das chuvas.
- Encargos da conta.

Alternativa

- Abertura do mercado de energia pode ser uma alternativa mais econômica do que o mercado tradicional; entenda

O que é o mercado livre de energia?

- É um ambiente em que a energia elétrica é negociada livremente entre os fornecedores, comercializadoras e consumidores. Somente por isso, já é possível negociar valores mais atrativos e competitivos. Para comprar a energia, os consumidores fecham contratos de compra e venda com comercializadores, importadores, geradores, entre outras opções disponíveis no mercado.

Nele, os participantes podem negociar livremente todas as condições comerciais, como:

- Fornecedor.
- Fonte de energia.
- Preço.
- Quantidade de energia contratada.
- Período de suprimento.
- Formas de pagamento.
- Outras.

Quem pode entrar no mercado livre de energia?

- Até o momento, apenas clientes com unidades consumidoras com tensão maior ou igual a 2,3 kilovolts (kV), conhecidos como grupo A, podem entrar no mercado livre.
- A expectativa é de que, com a abertura gradual, a opção só chegue para o consumidor residencial em 2028.

Conta mais barata

- A migração do modelo tradicional para o mercado livre pode baratear as contas de energia em torno de 20%. De acordo com a Abraceel, o mercado livre propiciou a seus consumidores R\$ 55 bilhões de economia nos gastos com energia elétrica em 2024.

Fontes: BEN, Ivan Carvalho e Abraceel.

Mercado livre gera economia

O mercado livre propiciou a seus consumidores R\$ 55 bilhões de economia nos gastos com energia elétrica em 2024. De acordo com os dados, levantados pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o consumo médio foi de 28.386 MW médios, volume anual recorde no histórico de demanda dos consumidores.

O mercado livre de energia, também conhecido como Ambiente de Contratação Livre (ACL), é um ambiente de negociação onde consumidores e fornecedores podem acordar livremente as condições comerciais de compra e venda de energia elétrica.

Nele, os preços são definidos diretamente entre consumidores e fornecedores, sem interferência regulatória. A tarifa do mercado regulado é recheada de tributos e subsídios, que acabam encarecendo o valor pago pelos consumidores. Migrar do modelo tradicional para essa nova opção pode baratear as contas de energia em torno de 20%.

Os valores pagos pelos consumidores são baseados no preço de liquidação de diferenças (PLD), calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por meio da diferença entre energia gerada e consumida no sistema.

Os dados mais recentes mostram que o mercado livre de energia elétrica brasileiro já conta com mais de 64 mil unidades consumidoras, 0,07% do total de unidades consumidoras de energia no país. Cada unidade consumidora equivale a um medidor de energia.

No ano passado, a possibilidade de escolher o fornecedor de energia foi aberta para todos os consumidores de média e alta tensão, passando a englobar empresas com contas de luz superiores a R\$ 10 mil, em que estão inseridas pequenas e médias empresas (PMEs), e negócios, como restaurantes e padarias, por exemplo.

Segundo a associação, esse incremento no mercado foi gerado justamente por essa ampliação de consumidores que já podem escolher seus fornecedores de energia. Rodrigo Ferreira, presidente-executivo da Abraceel, ressalta ainda que essa redução de custos pode ter impacto na inflação.

“Cada consumidor de energia que exerce a opção de trocar o mercado regulado pelo livre consegue reduzir os valores da conta de luz e se transforma em um agente que pressiona a inflação para baixo. Além disso, nessa nova etapa de crescimento, os novos consumidores livres são de menor porte e eles tendem a reinvestir os recursos economizados”, afirma.

De acordo com o cronograma de abertura gradual do mercado livre de energia, a possibilidade de escolher seu fornecedor de energia deve chegar para os clientes residenciais apenas em 2028. A Abraceel vê capacidade de que o livre mercado chegue para todos os consumidores brasileiros já a partir de 2026. (RF)



Cada consumidor de energia que exerce a opção de trocar o mercado regulado pelo livre consegue reduzir os valores da conta de luz e se transforma em um agente que pressiona a inflação para baixo

Rodrigo Ferreira,
presidente-executivo da Abraceel

sustentabilidade financeira das empresas. O TRF1 deu um parecer favorável às companhias, ao avaliar que a legislação que regula o setor elétrico assegura a compensação por todos os cortes de geração de energia, “independentemente da classificação da interrupção ou do estabelecimento de franquias de horas, não sendo possível uma resolução normativa alterar ou limitar esse direito”.

O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, suspendeu a decisão do TRF-1 ao considerar que a Corte se precipitou ao concluir que a Aneel teria ultrapassado as suas competências. Para o ministro, também não é justificável a transferência do prejuízo aos consumidores. Em um trecho de sua decisão, ele argumentou que os prejuízos não devem se transferir a um “encargo bilionário para os consumidores (cativos e livres) de energia elétrica, sem exame mais aprofundado a respeito

da tese relativa aos riscos inerentes à atividade empresarial”.

Em nota enviada ao **Correio**, a Absolar defendeu que “os ressarcimentos são urgentes e não podem esperar o desdobramento de etapas processuais futuras para pagamento aos geradores”. De acordo com a entidade, os dados oficiais do ONS “revelam que, não fossem os cortes de geração realizados em 2024, parte da geração termelétrica utilizada no mesmo período poderia ter sido substituída pela geração renovável (mais limpa e competitiva) que foi frustrada”.

“Assim, diferentemente da argumentação da Aneel, o ressarcimento não prejudica o consumidor, o qual, na verdade, economizaria quase R\$ 250 milhões, se os cortes das usinas renováveis no biênio 2022-2023 fossem evitados, já que usinas termelétricas mais caras e poluentes não teriam de ser acionadas”, afirmou

o presidente-executivo da Absolar, Rodrigo Sauer.

Subsídios

O Brasil é líder em capacidade instalada de fontes renováveis, mas acaba não aproveitando todo o seu potencial. Os incentivos fiscais à energia eólica e solar levaram a um enorme crescimento da geração por essas fontes nos últimos anos. Mesmo com potencial para gerar energia barata, a tarifa ainda é cara para os consumidores devido a uma combinação de fatores, como a alta carga tributária, custos de geração e distribuição, e também os subsídios.

Os encargos e impostos na conta de luz podem representar mais de 40% do valor total da fatura. Para Ivan Camargo, os altos custos para o consumidor estão relacionados a esses encargos e subsídios, mesmo diante de uma grande oferta de energia no país.

“Mais de 40% do valor das contas de luz vêm de encargos e impostos. Evidentemente, quem define isso é o Congresso Nacional, no entanto, o que acho mais dramático é que, muitas vezes, colocam jabutis (jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta) que aumentam esses subsídios”, frisa. “Esses subsídios vão continuar fazendo com que o Brasil, o país da energia renovável e barata, continue tendo uma tarifa muito cara”, emenda.